



DIREITO EMPRESARIAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Distribuidora de Medicamentos Mundo Novo Ltda. foi dissolvida em razão do falecimento do sócio Pedro Gomes, ocorrido em 2013, com fundamento no Art. 1.035 do Código Civil. A sociedade foi constituída, em 1997, para atuar na comercialização de medicamentos e sempre atuou nesta atividade.

Para manter a clientela do estabelecimento, mesmo após a dissolução da sociedade, Iguatemi, única sócia de Pedro Gomes, requereu seu registro como empresária individual, e, com o deferimento, prosseguiu, agora em nome próprio, a empresa antes exercida pela sociedade.

O estabelecimento onde foi instalada a sociedade está situado na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. O imóvel é alugado desde a constituição da sociedade, sendo locadora a Imobiliária Três Lagoas Ltda. A vigência inicial do contrato foi de 3 (três) anos, tendo sido celebrados contratos posteriores por igual prazo, sucessiva e ininterruptamente. Durante a vigência do último contrato, que expirou em setembro de 2015, a sociedade limitada foi dissolvida. Diante da continuidade da empresa posterior à dissolução da sociedade limitada, por Iguatemi, como empresária individual, esta procurou o locador e lhe apresentou proposta de novo aluguel, que foi rejeitada sem justificativa plausível.

Em abril de 2014, temendo o prejuízo ao estabelecimento empresarial já consolidado, a perda considerável de clientela e os efeitos nefastos da transferência para outra localidade, Iguatemi procurou sua advogada para que esta propusesse a medida judicial que assegurasse sua permanência no imóvel, informando que o valor atual do aluguel mensal é de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) e que contratou seguro de fiança locatícia.

Considerando que na Comarca de Chapadão do Sul/MS existem apenas duas varas (1ª e 2ª), competindo ao Juiz da 1ª Vara o julgamento de ações cíveis, elabore a peça adequada. (Valor: 5,00)

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Nelson e Gabriel uniram esforços para iniciar o desenvolvimento de atividade empresarial através da empresa NG Acessórios para Smartphones, voltada para a venda de acessórios para smartphones pela internet, mas voltados apenas a revendedores.

O canal de vendas montado por ambos tornou-se nacionalmente conhecido, passando a vender seus produtos para o Brasil inteiro e em quantidades consideráveis.

Uma de suas maiores vendas foi para a empresa CLLR acessórios Ltda, ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com emissão de duplicata que não foi adimplida na data de seu vencimento e, portanto, devidamente protestada.

Diante do inadimplemento, Nelson e Gabriel, por intermédio de advogado, ajuizaram pedido de falência da CLLR acessórios Ltda.

Com base nas afirmações acima e considerando que a empresa NG Acessórios para Smartphones possui contrato social ainda não levado a registro, responda.

- A) Qual o tipo societário de NG Acessórios para Smartphones?
- B) O pedido de falência por ela realizado é possível?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Na cidade de Orllândia/SP existe um grupo de 4 amigos apaixonados por literatura brasileira e que, pelo menos uma vez por mês, reúnem-se no centro daquela cidade para se apresentarem à população em reprodução de peças teatrais, por pura voluntariedade e com intuito de entretenimento.

As apresentações mensais tornam-se cada vez mais conhecidas e prestigiadas, inclusive por pessoas das cidades vizinhas, que cada vez mais solicitam apresentações em suas cidades e se interessam em contratar o grupo para apresentações privadas.

Empolgados com tais propostas os amigos resolvem deixar seus empregos e constituir uma empresa para explorar aquele ramo de negócio, mas são alertados que a sociedade deve ser uma sociedade personificada.

Providenciam, então, a elaboração de um contrato social e levam à Junta Comercial do Estado de São Paulo para o competente registro, a qual recusa o registro da empresa sem nenhuma justificativa.

Frustrados e preocupados com a impossibilidade de constituir a empresa, os 4 amigos lhe procuram para saber porque a JUCESP recusou o registro da empresa e se há solução legal para aquele transtorno.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Marcos e Renato são sócios em determinada sociedade Limitada sendo que Marcos é titular de 20% do capital social e Renato dos outros 80%.

Marcos, passando por situação financeira delicada, resolve, sem comunicar a Renato, ceder suas quotas sociais para Boris.

Com base na assertiva acima, considerando que o contrato social autoriza a cessão de cotas entre sócios e omissão em relação à cessão de quotas para terceiros, responda:

A) A cessão de quotas procedida por Marcos poderia ser levada a efeito sem o conhecimento de Renato?

B) Caso Renato não se oponha, a cessão de quotas passa a ter eficácia imediata?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Menezes Serafim é sócio proprietário de MENEZES COMÉRCIO DE ALIMENTOS E MANTIMENTOS EIRELI, empresa atuante no ramo de venda de produtos alimentícios (supermercado) onde tinha como concorrente outras duas redes de supermercados.

Em virtude de bom faturamento no ano de 2015, no início do ano de 2016, comprou uma das redes concorrentes e abaixou o preço de todos os produtos em 70% (setenta por cento).

A rede de supermercados que ainda lhe fazia concorrência tentou continuar o exercício de suas atividades, mas no mês de abril de 2016 sofreu falência, por decisão transitada em julgado em maio do mesmo ano.

A partir daquela ocasião, e verificando que era a única rede de supermercados na região, aumentou o valor dos produtos em 200%, o que lhe garantiu um faturamento bruto ao final do ano de 2016 de R\$ 300.000.000,00, o triplo do valor auferido no faturamento dos anos anteriores.

Todavia, no ano de 2017 uma associação de feirantes uniu diversos esforços e realizou eventos mensais que garantiam a venda de produtos e mantimentos alimentícios a preços justos e aplicáveis no mercado nacional, o que impactou no faturamento bruto de Menezes consideravelmente, tendo fechado o ano de 2017 com faturamento bruto de R\$ 100.000.000,00, que era o faturamento médio dos anos anteriores à prática de preço predatório praticada por Menezes Serafim.

Em virtude do ocorrido no ano de 2016, no ano de 2018 o CADE instaurou processo administrativo e aplicou como penalidade uma multa de R\$ 900.000,00, justificando que seria necessária a alíquota de 30% sobre o faturamento bruto obtido no ano de 2016.

Dadas as informações acima responda e justifique se a penalidade aplicada pelo CADE encontra-se de acordo com as disposições legais previstas pela Lei 12.529/2011.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

